

Xavante rompem com a Funai

Trinta e um caciques entram no gabinete do presidente do órgão para exigir o reconhecimento de seu território

AVELINO DO VALE
 "O senhor chamou a polícia!?" - disse o cacique Xavante. "Chamei a polícia para manter a ordem..." - respondeu o presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai - Coronel João Carlos Nobre da Veiga, aos 31 caciques Xavante, sete deputados, cinco federais e dois estaduais, estes de Mato Grosso, e seus assessores compridos em seu gabinete, no sétimo andar, do edifício do Ministério do Interior - Minter - no Setor de Auarquias Sul, às primeiras horas da tarde de ontem, quando transcorria o "Dia do Marechal Rondon", nome dos mais lembrados como indigenista. No corredor, ao lado do gabinete do presidente da Funai, à espera do término da reunião de 2 horas e 45 minutos, iniciada às 10h45min. repórteres, fotógrafos, cinegrafistas e funcionários da Funai, que ocupa do quarto ao sétimo dos 10 andares do prédio. Em todo o prédio, a tensão crescia, diante da ameaça de um temido confronto entre os índios Xavante e os policiais-militares. Os funcionários dos diversos órgãos do Minter que funcionam no edifício deixaram o primeiro expediente de serviço, às 12h30min., ao som das sirenes de dois carros da rádio-patrulha, um caminhão "tomara-que-chuva" desembarcando PMs e duas camionetas "camburão", para recolher presos, estacionando adiante do edifício, em frente à Praça dos Tribunais Superiores.



O presidente da Funai, Nobre da Veiga, não permitiu jornalistas em seu gabinete, apesar dos argumentos dos índios

A tensão prolongou-se além das 13h30min, quando terminou a reunião, a portas fechadas para a imprensa, entre a Funai, representando o governo brasileiro, e a delegação de representantes da nação indígena Xavante, que habita o Mato Grosso. Os Xavante pleiteavam o reconhecimento como território dos seus grupos que habitam a Reserva de Pimentel Barbosa, no município de Barra do Garças, aproximadamente 20 mil hectares ocupados por três fazendas. Área que foi vendida por funcionários da própria Funai, depois de delimitada como parte da Reserva, através de Decreto assinado pelo presidente Ernesto Geisel, em fevereiro de 1975.



Em frente ao edifício da Funai, Xavantes protegem a retirada do indigenista Odenir de Oliveira no carro de um deputado

As 13h30min, os carros da PM, com exceção de um "camburão", deixavam o local, por ordem do presidente da Funai, em atendimento aos veementes protestos e argumentos dos Xavante e dos deputados, com o coronel Nobre da Veiga repetindo que a polícia era "para manter a ordem".

Ao descerem, pela escada, os Xavante tinham obtido do presidente do órgão tutor dos índios a promessa de que a Funai encaminharia ao ministro do Interior, Mário Andreazza, e ao presidente João Figueiredo um estudo sobre o caso dos grupos de Pimentel Barbosa, a partir do qual deveria ser atendida, ou não, a pretensão de reaver parte da Reserva, na qual estão localizados dois cemitérios indígenas. Além dessa promessa, os Xavante não obtiveram nada do presidente da Funai, nem mesmo para seu pedido de permanência na cabeça da Ajudância de Barra do Garças do indigenista Odenir Pinto de Oliveira, filho e neto de indigenistas, nascido entre os Xavante. Odenir deixou o prédio cercado pelos índios e deputados diante da "possibilidade de concretização das tentativas de prisão" que, segundo afirmou na reunião, corroborado pelos caciques, por duas vezes só não foi conseguida, semana passada, através de agentes da Polícia Federal, devido aos Xavante que se impidiram. O deputado estadual Gilson Barros (PMDB - MT) o levou para casa, em sua camioneta, juntamente com a esposa, Neide, a Sr. Barros e o cacique Cipriano, da Reserva de São Marcos. Os Xavante decidiram permanecer em Brasília, à espera da entrega do estudo ao ministro Mário Andreazza, convidados que foram a fazer - se presentes na ocasião, embora em número de "quatro", pelo presidente da Funai.

Apesar dos esforços conciliatórios dos deputados, além de deixarem a Funai sem saber se a Reserva de Pimentel Barbosa terá reincorporada a área que tradicionalmente lhes pertencia, os Xavante permaneceram com a Funai, ou, pelo menos, com seus atuais dirigentes, declarando - os "inimigos de nosso povo", a começar pelo presidente, segundo o cacique Aniceto lhe comunicou, depois que a polícia foi mandada embora. "O problema dessas pessoas" - disse Aniceto - "é que quando os líderes indígenas aparecem aqui para pedir alguma coisa eles arranjam, eles falam, soltam a palavra, só de brincadeira".

DEPUTADOS ADMITIDOS
 A reunião no gabinete do presidente da Funai teve início após um incidente que marcou a recepção aos Xavante. Na portaria do edifício, um assessor da Assessoria de Segurança e Informações - ASI - da Funai comunicou aos líderes indígenas que o presidente do órgão receberia em audiência apenas uma comissão representativa dos caciques, a qual deveria ter "no máximo cinco membros". Após confrontarem rapidamente, em língua Xavante, os caciques retomaram a caminhada, subindo a escada rumo ao sétimo andar, sem que o agente de segurança conseguisse interceptá-los. Em seu gabinete, Nobre da Veiga recebeu a delegação pedindo desculpas por não dispor de cadeiras suficientes para todos. Iniciada a

reunião, com a crescente chegada de jornalistas, alguns Xavante saíram da sala e foram até o corredor, puxando os repórteres pelo braço, convidando - os para ingressar no gabinete. A reação do presidente da Funai foi imediata. Nervoso, em meio ao burburinho das falas em Português e em Xavante, ele ameaçou "suspender a reunião", caso a imprensa não se retirasse, prometendo que "depois, a imprensa vai ser recebida, mas os assuntos de índio não podem ser tratados com a imprensa". Os jornalistas passaram a ser empurrados para fora da sala por alguns assessores de Nobre da Veiga, enquanto os Xavante os seguravam e insistiam na sua presença na sala. Vários caciques, na ocasião, manifestaram "não confiar" em Nobre da Veiga. Sob protestos de alguns, os jornalistas acabaram por se retirar, diante da acusação de estarem "criando um impasse".

Decorridos pouco minutos da retirada da imprensa do gabinete, nele ingressaram os deputados federais Jorge Uequed (RGS), Modesto da Silveira (RJ), Gilson de Barros (MT) e Dante de Oliveira (MT). Ciente de que os parlamentares pretendiam acompanhar a reunião, como legisladores e fiscais, já que a questão discutida extrapola o interesse da Funai", Nobre da Veiga respondeu que "se extrapola, então eu suspendo meus contatos com a comunidade, porque quero ter meus contatos isoladamente". Indagado sobre se estava "recusando - se a receber parlamentares e permitir que eles acompanhassem seu trabalho", após prometer "uma nota para o Poder Legislativo", o presidente da Funai acabou por admitir a permanência dos deputados na sala. Posteriormente, chegaram os deputados federais Osvaldo Macedo (PR) e Marcus Cunha (MT) e o deputado estadual Márcio Lacerda (MT), todos os parlamentares são do PMDB.

A origem do conflito entre os Xavante de Pimentel Barbosa e os fazendeiros que têm áreas de terra na região, agora extensiva à Funai, começou em abril de 1978, com a morte de Apoena. Seu filho e sucessor na liderança dos Xavante, Warodi, ouviu dele, antes da morte, o pedido de que retomasse as terras ocupadas pelos brancos invasores. O problema começou três anos antes. Os limites da Reserva de Pimentel Barbosa foram definidos no Decreto 75.426, assinado pelo presidente Geisel em fevereiro de 1975, com base em um mapa elaborado pelos cartógrafos Valdeino Lopes e Ronaldo Quirino, sob a



direção da advogada Laila Mattar Rodrigues, então chefe do Departamento de Terras da Funai, e do assessor jurídico Getúlio Barros Barreto. Esses limites, segundo denunciaria o padre Antonio Iasi, membro do Conselho Indigenista Missionário-Cimi, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Índio, na Câmara Federal, foram modificados pelos quatro funcionários da Funai, através de uma "confusão" entre os nomes do rio Água Amarela e do ribeirão Água Suja. Da "confusão" resultou a perda pelos Xavante de mais de 100 mil hectares. A fraude na demarcação das terras de Pimentel Barbosa beneficiou seus autores - Valdeino Lopes e Ronaldo Quirino. O funcionário passou a ser proprietário de terras na área, em recompensa pela ação desenvolvida junto aos índios, em favor de diversos fazendeiros, para que não relaxassem a demarcação fraudulenta, em troca de algumas "presenças", uma camioneta, algumas cabeças de gado e máquinas de costura. No entanto, o inquérito aberto pelo Ministério do Interior, comprovada a fraude, até hoje nenhuma punição resultou para os funcionários acusados. Deles, apenas Laila, a advogada, continua na Funai.

Depois de muitas visitas dos Xavante à sede do órgão tutor dos índios, em Brasília, a 9 de março de 1979, seis dias antes de deixar a Presidência da República, o general Geisel assinou Decreto ampliando a Reserva de Pimentel Barbosa, ao Sul do rio Água Amarela, até o ribeirão Água Suja, e em uma pequena faixa a Leste. No entanto, dois meses depois, ao ser iniciado a demarcação das novas áreas, os índios descobriram que a comissão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - incumbida do serviço não estendia a divisa Oeste da Reserva até a BR-158, rodovia Barra do Garças - São Félix do Araguaia, desviando a picada em abertura para o Sul, a cerca de 10 quilômetros da estrada, ao contrário do que pretendiam. Afastados de início, ao pretenderem acompanhar a demarcação, os Xavante a interromperam, expulsando os demarcadores. Pela demarcação rejeitada continuariam fora da Reserva dois cemitérios indígenas. A partir daí, cresceria a tensão entre os índios e os ocupantes de território excluído da Reserva, dividido entre as fazendas "Recanto do Amor", de Diogo Nunes, de João do "Fumo" e um terceiro homem conhecido apenas

por Alfrío, segundo o indigenista Odenir Pinto de Oliveira.

SAFRA PERDIDA
 Para agravar a situação dos Xavante, há várias semanas 18 tratores, seis colheitadeiras e a maioria dos 22 veículos fornecidos à essa comunidade indígena pela Funai, dentro do "Projeto Xavante", pararam de funcionar porque o órgão responsável pelo índio não mais forneceu combustível e peças de reposição, conforme alegam os caciques. Em consequência, mais de 50% da safra de arroz plantada pelos Xavante, em uma área de aproximadamente 4.800 hectares, não foi colhida, perdendo-se. Além disso, a decisão da Funai de retirar da área parte do arroz colhido - 75%, dizem os líderes indígenas - aumentou a insatisfação dos índios. Eles concordam com a retirada de parte da safra para venda, revertendo o dinheiro obtido para a comunidade. No entanto, só no quinto ano do "Projeto Xavante", quando ele estiver com seu desenvolvimento assegurado. Na semana passada, os Xavante passaram da insatisfação pelo fato de não serem atendidos em suas pretensões à ação, iniciando, por

denúncias feitas em entrevistas concedidas em Pimentel Barbosa. Nobre da Veiga voltou a afirmar que "não existe ordem de prisão contra ninguém", repetindo o que informara antes quanto ao fato de ter solicitado a presença da Polícia Federal na área, segundo disse para "evitar um conflito entre índios e brancos". O presidente do órgão, tutor dos índios, lembrou que estivera duas vezes em Pimentel Barbosa: "Eu fui lá duas vezes, não consegui convencer os índios" - ele tentava a permanência da Reserva com a área atual -, "convencemos, voltávamos, eles voltavam atrás, assim não é possível, o problema não é meu, assim eu não tenho condições de trabalhar". Odenir lembrou que, "na primeira vez, eu estive presente, inclusive eu cheguei aqui e disse pro senhor, pessoalmente, coronel, se não for no Conselho Tribal, não vai adiantar essa solução..." Ao que Nobre da Veiga retrucou: "Veja bem, eu não posso chegar a essa conclusão depois que os líderes chegam e dizem, olha, está certo, inclusive o Warodi me deu um cocar. Como é que posso aceitar uma coisa dessas?... Falou Odenir: "Então, por favor, se o senhor não consegue me admitir na Funai o senhor chega e diz. Agora, com essa atitude em Pimentel Barbosa, eu estou revoltado, estou chateado, porque isso espelha, muito bem, a situação do índio no Brasil". Negando que o caso referido por Odenir espelhe a situação do índio no Brasil, o coronel Nobre da Veiga passou a dizer que o indigenista deveria ficar na sede da Ajudância, em Barra do Garças, "quem tinha que ficar na área era o chefe do Posto Indígena, pra controlar a situação". Odenir, por sua vez, acusou o presidente da Funai, diversas vezes, de ter tentado "convencer" os índios a desistirem da ampliação da Reserva. O deputado Gilson de Barros expressou ao presidente da Funai a expectativa de que "Odenir não sofra nenhuma represália pela honestidade com que ele está tratando dos problemas que lhe competem", tendo o coronel Nobre da Veiga afirmado que "não mandei demitir Odenir, ele pediu demissão em fevereiro". O indigenista sustentou, então, que não pedira demissão, e sim transferência. Deputados e caciques manifestaram a esperança de que Odenir não venha a ser demitido, tendo o presidente da Funai elogiado sua atuação apaziguadora no conflito, para concluir que, no entanto, terminada essa ação, ele deveria ser retornado para Barra do Garças.

MILITARIZAÇÃO CRITICADA

Após a discussão entre o presidente e o funcionário da Funai, o cacique Aniceto pediu "mais uma palavra": "Nós não queremos plantar as pessoas militar" - disse em Português truncado - "nem o sargento, nem o coronel, em Barra do Garças, pra tomar conta do chefe da Ajudância de Barra do Garças, nem o chefe do posto. Aqui, na cabeça da Funai tem que ser o coronel... Não só plantados em todas as Delegacias, tudo coronel... Estou estranhando, aqui dentro da Funai, aqui em Brasília, tudo coronel... Eu percebo tudo o que está acontecendo... Como o coronel, como o militar, pode ser o cabo, pode ser o tenente, pode ser o capitão, pode ser o oficial - tomar conta das Delegacias? Ele tem o coração duro, com o interesse a tomar providências, ou a morte dos índios, ou confusão da Reserva, nem da saúde, nem da educação..." Para Aniceto, "índios atentam, reclamam, para atender no hospital. A assistente social também encaminha os índios, que estão com tuberculose, mas o hospital, o delegado, não autoriza. Saúde é sagrada. Educação é sagrada, Reserva é sagrada. E a cultura dos índios é pra ser respeitada, não só a cultura da civilização". Ele disse isso referindo-se a um caso que disse ter lido dois dias antes, em um jornal de Manaus. Como exemplo, Aniceto destacou que, em sua opinião, o militar "tem coração duro".

Ao final da reunião, os caciques formalizaram o rompimento dos Xavantes com a Funai citando os nomes de 12 dirigentes do órgão que consideram "inimigos de nosso povo", entre eles, sete coronéis e um capitão. Segundo disse Aniceto, trata-se do próprio presidente do órgão e dos coronéis Nestor da Silva, que é assistente do diretor do Departamento Geral de Operações; Nel, assistente do diretor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena, criticado inclusive por "ser funcionário do Incra"; Ivan Zanoni, diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário; Luiz Carlos Correia, diretor do Departamento Geral de Administração; Cláudio Henrique Pagano, diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena; e José Roberto Godinho, diretor do Departamento Geral de Operações; do capitão Jurandir, assistente do diretor do Departamento Geral de Operações; e ainda, do assessor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, Neimar; do assistente do diretor do Departamento de Administração, Sérgio Mosconi; e do assessor do diretor do Departamento Geral de Operações, Tarcísio Ximenes Prado. Finalmente, os Xavantes consideraram uma ofensa o fato de o presidente da Funai ter chamado a polícia diante da visita deles, retirando-se do prédio falando em sua língua, emitindo um som que mais parecia um lamento.

Foto: TADASHI NAKAGAMI